

A Construção Discursiva De Textos Jornalísticos Na Abordagem Do “Panelaço” Brasileiro E Do “Cacerolazo” Argentino

*The Discursive Construction of
Journalistic Texts Approaching
the Brazilian “Panelaço” and the
Argentine “Cacerolazo”*

Priscila da Silva Marinho

Recebido em: 1 de junho de 2020

Aceito em: 4 de agosto de 2020

Priscila Marinho é graduada em Letras (Português-Espanhol) e mestra em Letras Neolatinas (Espanhol) pelo PPG em Letras Neolatinas (PPGLEN), ambos pela UFRJ. Atualmente é doutoranda pelo mesmo PPG e seu projeto de pesquisa intitula-se “A perspectiva discursiva na formação de professores: análise de produções escritas de licenciandos de Letras Português/Espanhol sobre o *cacerolazo* argentino e o *panelaço* brasileiro”.
Contato: priscilasilvamarinho@globomail.com
Brasil

PALAVRAS-CHAVE:

Análise de Discurso;
 Manifestações; *Cacerolazo*
 argentino e *panelaço*
 brasileiro; Discurso jornalístico.

Resumo: Este artigo apresenta uma análise discursiva referente à abordagem jornalística de manifestações sociopolíticas conhecidas como “panelaço”, no Brasil, durante o governo de Dilma Rousseff em 2015 e “cacerolazo”, na Argentina, durante o governo de Cristina Kirchner em 2013. Adotando a Análise de Discurso de linha francesa como arcabouço teórico-metodológico entendemos que não há discurso neutro e/ou transparente e, desta forma, todo discurso é um ato político. No que tange à análise jornalística, exibimos duas reportagens: uma de um periódico argentino (*Clarín*) e uma de um brasileiro (*Folha de São Paulo*), observando de que maneira as estratégias de seleção e argumentação jornalísticas conduzem a determinados efeitos de sentidos. Sendo assim, defendemos que a maneira que cada jornal recria as manifestações desvela suas inscrições sócio-históricas, bem como seus posicionamentos ideológicos, emergindo assim diversas e contraditórias formações discursivas (Foucault, 2014; Serrani, 2010) que conduzem os leitores a determinados efeitos de sentidos.

Keywords: Discourse
 Analysis; Manifestations;
 Argentine *cacerolazo* and
 Brazilian *panelaço*; Journalistic
 discourse.

Abstract: This paper presents a discursive analysis regarding the journalistic approach of sociopolitical manifestations known as “panelaço” in Brazil during Dilma Rousseff’s government in 2015 and “cacerolazo” in Argentina during Cristina Kirchner’s government in 2013. Adopting the French Discourse Analysis as a theoretical-methodological framework we understand that there is no neutral and/or transparent discourse and, therefore, all discourse is a political act. Regarding journalistic analysis, we present two reports: one from an Argentine journal (*Clarín*) and one from a Brazilian one (*Folha de São Paulo*), observing how journalistic selection and argumentation strategies lead to determined effects of meaning. Therefore, we argue that the way each newspaper recreates the manifestations reveals its socio-historical inscriptions, as well as its ideological positions, emerging thus diverse and contradictory discursive formations (Foucault, 2014 [1969]; Serrani, 2010) that lead readers to determined effects of meaning.

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é analisar os discursos jornalísticos acerca das manifestações que ficaram conhecidas, no contexto brasileiro, como *panelaço* (2015), durante o governo de Dilma Rousseff, e no contexto argentino, como *cacerolazo* (2013), durante o governo de Cristina Kirchner. Tal proposta faz parte de nossa pesquisa de doutorado, cujo título é “A perspectiva discursiva na formação de professores: análise de produções escritas de Licenciandos de Letras Português/Espanhol sobre o *cacerolazo* argentino e o *panelaço* brasileiro”. Deste modo, nossa investigação, que se encontra em desenvolvimento, tem por escopo analisar os modos de interação de licenciados brasileiros de Espanhol/Língua Estrangeira com os textos jornalísticos produzidos a partir dos contextos sociopolíticos do *cacerolazo* argentino (2013) e do *panelaço* brasileiro (2015). Neste artigo, entretanto, recortamos tão-somente as análises discursivas relativas às reportagens jornalísticas. Filiando-nos a uma perspectiva discursiva, partimos da concepção de que não há discurso neutro e/ou transparente, entendendo que todo discurso é ideológico, sendo assim, é um ato político. Dessa forma, acreditamos que a maneira que cada sujeito enunciador recria as manifestações desvela suas inscrições sócio-históricas, bem como seus posicionamentos ideológicos, emergindo assim diversas e contraditórias formações discursivas que conduzem a determinados efeitos de sentido. Nossa finalidade é examinar comparativamente as construções discursivas efetuadas por cada jornal, bem como caracterizar seus modos de enunciar, observando em que formações discursivas se inscrevem. Desse modo, lançamos as seguintes indagações:

de que modo cada jornal recria o contexto das manifestações? Através de quais construções discursivas?

Para tanto, nosso artigo está estruturado da seguinte forma: na próxima seção discutiremos alguns pressupostos teóricos ancorados na Análise de Discurso pechetiana, mobilizando conceitos basilares, tais como, condições de produção, formação discursiva, intradiscorso, interdiscorso e memória discursiva. Na seção “Discurso jornalístico” nos serviremos de postulados acerca do universo da informação ancorados em uma abordagem discursiva. Em seguida, apresentaremos um breve panorama histórico acerca das manifestações conhecidas como *cacerolazo* e *panelazo* no contexto da Argentina e do Brasil. Por fim, sucederemos às análises propriamente ditas, examinando duas reportagens recolhidas em ambiente *on-line*: uma proveniente do periódico argentino *Clarín* e outra do brasileiro *Folha de São Paulo*. Nas considerações finais explicitaremos os resultados alcançados assim como as reflexões suscitadas.

2 A ANÁLISE DE DISCURSO E SUA RELAÇÃO COM A LINGUA(GEM)

É sabido que o que se convencionou referir como análise de discurso francesa (de extração pechetiana, reconhecida sob o rótulo de “AD”), no Brasil, deriva a partir do entrelaçamento de distintos postulados. Estes são oriundos do materialismo histórico, da psicanálise e de questionamentos advindos da linguística, convocando à reflexão, assim, a história, o sujeito e o discurso. Desse modo, a articulação entre o linguístico e o histórico se dá

através da espessura do discurso. Neste sentido, ao promover a articulação entre o linguístico e a sua exterioridade, a abordagem pechetiana se distancia de uma linguística pensada de maneira imanente. Na constituição dos estudos pechetianos, situam-se filósofos que contribuem significativamente, dentre os quais, neste quadro teórico destacamos Michel Foucault.

Para a constituição da episteme da AD, o pensamento pechetiano dialoga consideravelmente com a obra de Foucault, "Arqueologia do saber", publicada em 1969. Em tal obra de cunho teórico-metodológico, Foucault organiza um conjunto de noções decisivas para a abordagem do discurso, dentre as quais, destacam-se: o discurso ser pensado como prática oriunda da formação de saberes; os dizeres e saberes filiarem-se a formações discursivas, que são subordinadas a leis de formação definidas; e a produção do discurso de poder não ser um acontecimento aleatório, mas sim controlada, selecionada e distribuída por determinados procedimentos que objetivam excluir toda e qualquer ameaça a este poder. A partir destas premissas, o pensamento foucaultiano se propõe a examinar as condições de possibilidade dos discursos, através das formações discursivas, que, deste modo, estabelecem aquilo que em determinada época, em determinado lugar se poder dizer (e não qualquer coisa).

Com relação à abordagem de alguns conceitos basilares em estudos discursivos dos quais nos apropriaremos em nossa seção de análise, destacamos as condições de produção. Estas são as responsáveis por fornecer significação às palavras. Como já dissemos antes, as palavras não são transparentes, logo, não trazem os sentidos encerrados em si. Sendo assim, as palavras são

processo e produto de articulações histórico-ideológicas. Tais articulações derivam das condições de produção, que dizem respeito basicamente aos sujeitos e à situação. Em suma, as condições de produção indagam de qual lugar o sujeito (se) enuncia, situando o contexto da enunciação. Orlandi (2000) relata que as condições de produção podem ser examinadas em sentido estrito, quando remetemos às circunstâncias da enunciação (contexto imediato). Quando examinadas em sentido amplo, elas abrangem o contexto sócio-histórico, ideológico (contexto amplo). Um conceito substancial é o de formação discursiva. Cunhado em princípio por Michel Foucault (2014), a noção de formação discursiva (FD) é o que possibilita ao indivíduo constituir-se enquanto sujeito, gerando sentido. O sujeito só passa a ser sujeito, leia-se posição discursiva, ao se filiar a uma (ou mais) FDs, estas por sua vez se inscrevem em uma determinada formação ideológica. As formações ideológicas estabelecem as condições do dizível, ou seja, aquilo pode e deve ser dito a partir de uma dada conjuntura sócio-histórica. Já as formações imaginárias se referem ao nosso imaginário, isto é, às imagens que resultam de projeções. Assim, não estamos considerando os sujeitos físicos tampouco seus lugares empíricos, tal qual o são na sociedade, mas sim as imagens que são efeitos de projeções. Tais projeções possibilitam ao sujeito deslocar-se da situação empírica para a situação discursiva, atuando nesse processo o contexto sócio-histórico, através de formações ideológicas. Deste modo, compreendemos que todo discurso é atravessado por formações imaginárias, que projetam imagens para os sujeitos, como posição discursiva, e assim para aquilo sobre o que dizem. Nesta relação, as formações ideológicas

condicionam as formações imaginárias. Dito isso, as formações ideológicas se compõem a partir de múltiplas formações discursivas.

Outra noção relevante concerne às concepções de Intra e Interdiscurso. Servindo-se do pensamento pechetiano, Serrani (2010) entende que o intradiscurso se refere à dimensão horizontal do dizer, ao fio do discurso: ao que dizemos agora, ao que dissemos antes e o que diremos depois. Relaciona-se às sequências linguístico-discursivas efetivamente formuladas na cadeia (horizontal) do dizer. Já o interdiscurso remete à exterioridade da/na linguagem. Diz respeito à dimensão não linear do dizer, às memórias implícitas que perpassam (verticalmente) todo discurso. Trata-se do saber discursivo. Apoiada em Courtine, Orlandi (2000) entende que há uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo, ou seja, o interdiscurso e o intradiscurso, respectivamente. A constituição do sentido (interdiscurso) é representada como um eixo vertical em que dispomos de todos os dizeres já ditos (e esquecidos) em uma distribuição de enunciados que corresponde ao dizível. A formulação do sentido (intradiscurso), por sua vez, é caracterizada por um eixo horizontal e diz respeito àquilo que estamos dizendo naquele momento determinado, em condições determinadas. Os dois níveis mencionados funcionam de maneira profícua na análise discursiva, pois ao atuarem concomitantemente desvelam efeitos de sentidos.

Destacamos ainda a noção de memória discursiva, que não deve ser compreendida aqui como sinônimo de lembrança e/ou recordação psicológica, como se fosse um reservatório homogêneo e linear. A memória discursiva é um espaço movente de separações, deslocamentos, conflitos, contradições e

regularidades. Ela se refere ao saber discursivo que possibilita todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído. A noção de pré-construído pode ser entendida como os já-ditos que estão na base do dizível e que sustentam cada tomada de palavra. Quando entendida em relação ao discurso, a memória é sinônimo de interdiscurso.

3. DISCURSO JORNALÍSTICO

Entendemos a partir de uma perspectiva discursivizada que o discurso midiático e, mais particularmente o discurso jornalístico, promove a circulação de determinados dizeres (e não outros) produzindo a *evidência*¹ de se tratar apenas de “um relato de fatos”. No entanto, o discurso jornalístico enuncia a partir de uma dada posição discursiva e se configura assim como um gesto de interpretação que “se dá a partir de um imaginário já constituído”, ou seja, “ao relatar os acontecimentos os jornais já estão exercendo uma determinação nos sentidos” (Mariani, 1996, 67). Em outras palavras, o jornalismo produz sentidos sob condição de um discurso midiático, que deste modo, insere-se em determinadas práticas discursivas sócio-historicamente demarcadas.

1 As evidências discursivas (cf. Mariani, 2016) trabalham a regularização dos sentidos, produzindo efeitos de “naturalidade” e de “originalidade”, isto é, do “familiar” e do “evidente”, “daquilo que só pode ser de tal maneira”: efeito de “transparência”. Sendo assim, as evidências discursivas contribuem para a produção de estereótipos, imaginários e idealizações que se cristalizam em dada prática discursiva.

Dela-Silva (2012, 180) argumenta que não é possível pensar a mídia (referindo-se especificamente à televisiva) “como uma simples tecnologia voltada à comunicação”. Da mesma forma, defendemos que não é possível pensar o jornalismo como um mero suporte de textos orais e/ou escritos destinados à informação. Deste modo, o relato de fatos é produzido como evidência de objetividade e imparcialidade, como se fosse um retrato do real, sem se pensá-lo como uma (re)construção discursiva, em que atuam estratégias de seleção, recorte e interdição, compreendendo que dizer é filiar-se a um determinado sentido (e não outro), dentro de uma determinada conjuntura sócio-histórica. Assim sendo, o real se processa em meio a efeitos de sentidos, isto é, só podemos falar em real como produção de sentidos, que se inscrevem em dadas formações discursivas. O efeito discursivo produzido pela esfera jornalística é de relatos dos fatos que falam por si, havendo um apagamento do sujeito que opina e interpreta, o que resulta em uma evidência de transparência da linguagem. Promove-se, assim, a ilusão de que o sentido está impregnado no linguístico, removendo-se as condições de produção dos discursos, seus determinantes históricos, e contribuindo para a ilusão da universalidade da língua, bem como objetividade jornalística.

Ao se filiar a redes de formações discursivas que atravessam discursos em circulação na mídia, o discurso jornalístico tem como característica a repetibilidade dos sentidos, isto é, um retorno ao mesmo espaço do dizer. Tal funcionamento parafrástico contribui assim para a produção de memória, que torna possível os já-ditos que interpelam os sujeitos. Contudo, os dizeres não funcionam apenas no nível da paráfrase, podendo também produzirem

novas filiações e deslizamentos de/nos sentidos, incidindo aí o funcionamento da cadeia polissêmica. Desta forma, a repetibilidade discursiva, retomada na memória via pré-construído, o já-dado, contribui para a criação de evidências de naturalização e obviedade dos sentidos. É por meio deste jogo entre paráfrase – reiteração do repetível – e polissemia – ruptura com o repetível, abrindo-se para o acontecimento novo – que o discurso jornalístico vai produzindo (uma determinada) memória dos sentidos.

Portanto, em face da breve discussão tecida, entendemos que o discurso jornalístico dispõe de estratégias de encenação da informação, ofertando um acontecimento discursivo que é sempre construído. Desses mecanismos resultam evidências de neutralidade, objetividade, transparência, credibilidade, verdade, autenticação, realidade, verossimilhança, os quais se mostram válidas (ou não) apenas no registro intrínseco à ilusão do universo da informação.

4. CACEROLAZO E PANELAÇO

Aludiremos nesta seção a um breve histórico do *cacerolazo* e do *panelaço* no contexto argentino e no brasileiro, respectivamente. Os regimes ditatoriais que se instauraram na América Latina nas décadas de 60 e 70 contribuíram para o surgimento e o fortalecimento de massivas mobilizações em favor da resistência democrática. Uma destas formas de mobilização concerne ao *panelaço/cacerolazo*, entendidos como “a ação de bater panelas pública e coletivamente” (Colombo e Martelli, 2015, 2).

Os *cacerolazos* têm início na Argentina em 1976, com o objetivo de protestar contra as ameaças à democracia. Assim, em março de 1976 houve panelaço que favoreceu a saída de Isabel Perón do comando do país através de uma Junta de Comandantes, que assumiu o poder, estabelecendo Jorge Rafael Videla como presidente. A partir deste período, nomeado “Proceso de Reorganización Nacional”, tinha início uma época de redução e controle dos direitos democráticos na Argentina. Na década de 80, mais uma onda de manifestações em formato de *cacerolazos* invadiu o país em razão da saída do então presidente general José Roberto Viola e a entrada de um novo militar, o general Leopoldo Fortunato Galtieri. Tal ocasião propiciou uma forte manifestação na Plaza de Mayo. No fim da década de 90, com o término da Era Menemista, o governo do então novo presidente De La Rúa representava fortes expectativas de mudanças. Contudo, aumentaram-se os impostos, além das negociações econômicas com o FMI, o que funcionou como fatores que contribuíram para ampliar ainda mais a indignação da população.

O estopim se dá em 2001, quando no auge da crise política e econômica, De La Rúa promulga o chamado *corralito*, que foi “o confisco dos depósitos bancários, limitando a disponibilidade de saques de todas as contas correntes e poupança existentes nas instituições bancárias argentinas(...) Corralito impunha restrições à circulação do dinheiro, impactando negativamente a relação de compra e consumo dos argentinos” (Colombo e Martelli, 2015, 3). Com isso, insurge uma nova série de *cacerolazos*. Com a finalidade de controlar as manifestações massivas bem como o caos instalado, o governo

proclama *estado de sítio*, sem consulta prévia, nem aprovação parlamentar. O resultado disso foram novas *caceroladas* nos bairros da capital portenha. Assim, o som das panelas, difundidos a partir das casas e apartamentos da classe média de Buenos Aires, “foi se intensificando e generalizando em todos os bairros da cidade. Começava, assim, o *El Cacerolazo*, *El Gran Cacerolazo* (Panelaço). Na Plaza de Mayo as pessoas gritavam de forma unívoca: ‘*Que se vayan todos, que no quede ni uno solo*’” (*idem*, 4).

Um novo ciclo de massivos *cacerolazos* teve início durante o segundo mandato de Cristina Fernández de Kirchner (2007-2015). Após mais de uma década da crise de 2001, a taxa de pobreza e de desemprego havia sido reduzida consideravelmente. No entanto, a inflação continuou em ascensão em 2012 e em 2013. De acordo com estudos do âmbito das Ciências Sociais (cf. Lapolla Cantoni, 2016), em 2013, ano em que se completam 10 anos do governo kirchnerista, a Argentina, segundo o Banco Mundial, duplicou sua classe média. Como uma das principais críticas ao governo da presidente, destaca-se o caráter confrontador de Cristina Kirchner, que travou conflitos com setores, tais como o campo, a imprensa e o sindicalismo. Assim, o governo Kirchner se defrontou com três massivas mobilizações ocorridas na forma de *cacerolazos*. São eles: o 13S (ocorrido em 13 de setembro de 2012); o 8N (ocorrido em 08 de novembro de 2012) e o 18A (ocorrido em 18 de abril de 2013). Dentre as pautas reivindicadas pelos manifestantes, destacam-se enunciados contra a corrupção, a inflação, a insegurança, bem como os avanços contra a Justiça relativos ao projeto para modificar a constituição a fim de possibilitar a reeleição da presidente, dentre outras. Diante disso, a

manifestação conhecida como 8N teve “perfil explicitamente apartidário e fortemente opositor à Cristina Kirchner” (Lapolla Cantoni, 2016, 46). Em seguida, a estudiosa defende que estes *cacerolazos* são “muito diferentes” dos de 2001, frisando a organização *on-line* dos protestos, uma vez que houve divulgação e chamadas para as manifestações por meio de mensagens de textos em redes sociais digitais e via *emails*, funcionando as siglas dos eventos (13S, 8N e 18A) como *hashtags* no ambiente virtual. Além disso, Lapolla Cantoni sustenta que tais *cacerolazos* tiveram um caráter “anti K” (contrário ao kirchnerismo), sendo composto por “setores da classe média e alta” (47).

Gold (2015), por outro lado, analisa as distintas leituras que os *cacerolazos* de 2012/2013 geraram. Sendo assim, as manifestações são vistas como: protestos de setores minoritários da classe média e alta, que defendia seus interesses; reivindicações “anti-políticas”, apoiadas em uma crise de representação dos cidadãos argentinos, cuja memória remonta ao cenário político de 2001, em que tal crise instaurou “*la incapacidad de los partidos políticos para captar las demandas de la gente*” (Gold, 2015, 198); manifestações opositoras, politizadas e organizadas, que estariam gerenciadas e dirigidas por líderes políticos através de redes sociais e, uma última perspectiva, que se contrapõe à anterior, concebe os *cacerolazos* como espontâneos, apartidários e cidadãos, tendo sido autoconvocados, ganhando o caráter de um protesto “multitudinário”.

Já com relação aos painelaços brasileiros, estes também não são vistos como um fenômeno tão-somente hodierno. Os painelaços estiveram presentes nas manifestações em prol da democracia, conhecidas como “Diretas-Já”,

que ocorreram entre novembro de 1983 e abril de 1984, no então âmbito de transição democrática. Na ocasião, a população saiu às ruas solicitando que o Congresso aprovasse a Emenda Dante de Oliveira, a fim de que houvesse eleições diretas para presidente da República. No entanto, em 26 de abril de 1984 a Emenda foi derrotada pelo plenário da Câmara, o que ocasionou a eclosão de manifestações em vários pontos do país. Em 1992 uma nova onda de protestos tomou as ruas do Brasil. Tratava-se de uma reivindicação pelo *Impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, em uma campanha pela Ética na Política, após denúncias de corrupção. As mobilizações massivas se desenrolaram de maio a dezembro pedindo a saída do primeiro presidente eleito após o retorno da democracia.

Em junho de 2013 uma nova era de reivindicações se inicia, a partir da manifestação que ficou conhecida como “movimento do passe livre”, na cidade de São Paulo. Os protestos surgiram devido ao aumento da tarifa do transporte público. A partir de tal evento houve uma difusão de manifestações por todo o país, abrindo-se o leque para uma gama de pautas a serem reivindicadas. Colombo e Martelli (2015) ressaltam, como principal foco de diferença entre os pannels de 1984 e de 1992 e os contemporâneos de 2013, a diversidade de reivindicações destes últimos, já que eles ensejaram múltiplas bandeiras e palavras de ordem. Gohn (2016) entende as manifestações de 2013 como protagonizadas por “novíssimos” sujeitos sociais organizados por redes *on-line*. As manifestações de junho de 2013 modificaram, segundo a autora, pautas de demandas que eram até então preponderantes no Brasil e que focalizavam questões concernentes a

um grupo. Dessa forma, a estudiosa defende que até 2013 as manifestações no Brasil se davam por meio de movimentos populares, que desse modo se reuniam com pautas específicas. A partir de 2013 a situação se altera. É a presença de uma multidão, com pautas múltiplas, heterogêneas e difusas, que sai às ruas. Dessa maneira, as manifestações insurgem reivindicando a redução da tarifa do transporte público, modificando-se consideravelmente ao serem incorporadas múltiplas pautas e causas, dentre as quais se destacam demandas para as áreas da educação, saúde, segurança pública, além de denúncias contra a corrupção etc.

Em março de 2015, “a multidão retorna às ruas” (Gohn, 2016), em uma nova onda de panelaços. De acordo com Gohn (2016), diferentemente de 2013, os panelaços de 2015 assumem um componente político, gerando uma polaridade no que tange aos que votaram e aos que não votaram na presidenta então recém-reeleita Dilma Rousseff. Dentre as pautas e reivindicações, são enfatizados escândalos de corrupção (como as denunciadas pela operação Lava-Jato (que envolvia empresas públicas como a Petrobras), questionamentos de novas políticas públicas (como do ajuste fiscal econômico) e inflação. Há também protestos que pediam o impeachment da presidente e eram contra o PT (Partido dos Trabalhadores). Outros chegavam a pedir intervenção militar. Novamente, as manifestações de rua, e em formas de panelaços, tiveram um forte agenciamento via redes sociais on-line. Defendendo as manifestações de 2015 como da multidão, Gohn (2016) critica leituras que concebem tais eventos como tão-somente protagonizados pela classe média e alta, sob o rótulo de “elite branca”, sustentando assim que a composição

dos painéis de 2015 “é complexa, diversificada, com múltiplos atores, propostas e concepções sobre a política, a sociedade, o governo” (143).

Ressaltamos que não é de nosso interesse quaisquer tentativas de definição das manifestações contemporâneas brasileiras e argentinas (como protagonizadas pela multidão ou por certas camadas da população etc.), a despeito da discussão epistemológica em voga entre sociólogos, historiadores e cientistas políticos. Interessa-nos muito mais observar, servindo-nos desse quadro teórico de panoramas sociopolíticos, quais estratégias discursivas as esferas jornalísticas mobilizam na construção de reportagens, que (re)criam os eventos painel e *cacerolazo*, para conduzir, assim, os leitores a determinados efeitos de sentido(s), que acabam por focalizar as manifestações como populares e/ou da multidão.

5. ANÁLISES

Uma parte de nosso *corpus* está formado de reportagens jornalísticas. Deste modo, constituímos uma espécie de *arquivo* composto por um conjunto de textos jornalísticos publicados em plataformas *online* e que se relacionam ao painel brasileiro (2015) e ao *cacerolazo* argentino (2013). A noção de arquivo, em sentido foucaultiano, pode ser entendida como “um conjunto dos discursos efetivamente pronunciados” (Castro, 2016, 43). Sendo assim, com relação aos sites jornalísticos pesquisados – os quais destacamos neste artigo os periódicos *Clarín*, na Argentina, e *Folha de São Paulo*, no Brasil – obtivemos textos distribuídos nos gêneros notícias,

reportagens e artigos de opinião, que (re)criam os contextos dos eventos supracitados. Cronologicamente, os textos compreendem, no contexto argentino, o segundo semestre de 2012 e primeiro semestre de 2013. Já em relação ao contexto brasileiro, os textos se situam no recorte temporal do primeiro semestre de 2015. Como critério de justificativa de seleção, centramo-nos, em nossa análise, nos textos jornalísticos que estabelecem uma dialética com os discursos que mobilizam as noções de “família” e “elite branca”, elegendo reportagens em cuja composição discursiva há críticas aos governos vinculados a grupos de esquerda. Sendo assim, selecionamos uma reportagem do Clarín e uma do Folha de São Paulo², observando como tal discursividade é mobilizada em cada jornal na construção discursiva de crítica ao governo através da elaboração de narrativas.

No tocante às condições de produção do jornal Clarín, são abordadas as manifestações públicas, na forma de *cacerolazos*, ocorridas em 18 de abril de 2013 (el 18A). Dentre os principais motivos dos protestos, elencados pelos jornais destacam-se juros altos, inflação, reformas governamentais referentes à “democratização” da justiça, de acordo com os termos utilizados pelos jornais, e escândalos de corrupção. Apresentamos fragmentos da reportagem através da <figura 1> mostrada a seguir:

2 As reportagens jornalísticas analisadas podem ser acessadas nos seguintes links: Clarín <<https://drive.google.com/file/d/1TOmOk9dP58X4AhdBoSms7k8h6uC7hwyZ/view?usp=sharing>> e Folha de São Paulo <<https://drive.google.com/file/d/1NlnJ65PL2IcmQ66tcD0jQ1RW9dLcyYPh/view?usp=sharing>>. Acesso 20 jan. 21.



Figura 1 – Gênero reportagem Clarín

Como podemos perceber, a manchete “*La familia, la gran protagonista del cacerolazo em Olivos*”, através do recurso da topicalização, que desloca o sintagma nominal <la familia> à esquerda, a fim de destacá-lo, centraliza a manifestação em torno da figura da família. Concordamos, ancorados em uma abordagem discursivizada, que o universo jornalístico dispõe de estratégias de seleção discursiva. Deste modo, o efetivamente formulado na cadeia horizontal do dizer – como a seleção da manchete, imagem, tipo e tamanho de letras – materializa discursos que conduzem a determinados efeitos de sentido(s). Sendo assim, observando o nível do intradiscurso, visualizamos, logo abaixo à escolha da formulação da manchete referida, a

presença de uma imagem que retrata pessoas de várias idades, uma família, portando *cacerolas* (panelas) e bandeiras argentinas. Ao longo do texto, percebemos a construção de um discurso que exalta uma manifestação “espontânea”, que foi convocada pela própria população, ou melhor, pela família – *la familia argentina* –, apresentando assim um caráter partidário. Para tanto, a reportagem se inicia realizando uma narrativa em torno dos participantes, conforme podemos visualizar por meio da sequência discursiva (doravante SD) seguinte:

(SD1): “Vinimos sobre todo para defender a **la familia argentina**. Estamos cansados de que avasallen nuestros derechos. La marcha no tiene ninguna bandera, **la única es la Argentina**”, comentó Oscar Francisco Iberna, mientras mostraba el estandarte que llevaba en su espalda (...) Oscar tiene 59 años y llegó al cacerolazo en la Quinta de Olivos desde San Andrés, partido de San Martín, junto a su esposa, su hijo, su nuera y sus suegros. La suya fue una postal repetida durante la protesta del 18A en Vicente López, donde **la gran protagonista fue la familia**” (*grifos nossos*).

Dessa forma, ao proceder ao recurso da citação direta, o sujeito enunciator, isto é, o jornal, visa atingir um efeito de autenticação da informação, como se aquilo que relatasse constituísse a realidade tal como ela é, ou seja, o retrato fiel do real, materializando assim uma evidência de verdade e de realidade do que descreve. Por esta razão, faz-se necessário mencionar as identidades dos sujeitos que são relatados, neste caso, dos manifestantes,

que são introduzidos através das aspas, a fim de marcar esta distância em relação à fala alheia, como se o sujeito enunciador atribuísse autoridade à voz do outro. Deste modo, a estratégia da citação direta visa construir uma evidência de objetividade da informação, apagando as marcas do sujeito (como se o próprio recorte de fala já não constituísse uma escolha subjetiva). Nas SDs seguintes, podemos perceber o atravessamento de uma memória discursiva, que se relaciona a um histórico de lutas e reivindicações por parte da população argentina:

(SD2): “Vine porque quiero un país mejor y demostrarle a mis hijos que desde **la crítica no se hace nada y hay que movilizarse**’, contó Ignacio, un vecino de Tigre de 45 años. Su esposa y sus tres hijos estaban a su lado”.

(SD3): “Con una familia ya consolidada, Gastón Martiniano, vecino de Acassuso, también eligió asistir en familia (...) **Sólo pedimos que no nos mientan, porque al hacerlo perdemos la libertad de elegir**”.

Os enunciados realçados em negrito apontam para uma memória que identifica processos históricos de mobilização do povo argentino diante de contextos sociopolíticos de crises e regimes ditatoriais. Além disso, o enunciado destacado na SD 3 parece ainda dialogar com o discurso da crise política dos argentinos, cuja memória resgata o cenário político de 2001, no âmbito do governo de De La Rúa, em que a crise de representatividade estabeleceu “*la incapacidad de los partidos políticos para captarlas demandas de la gente*” (Gold, 2015, 198), gerando uma onda de reivindicações

“anti-políticas”. Para analisar a construção discursiva do jornal, aludamos à seguinte formulação geral:

(1) A família é a grande protagonista do *cacerolazo*.

Tal formulação (nível do intradiscurso) relaciona-se às seguintes metonímias (nível do interdiscurso):

(2) *Cacerolazo* / Família

Política / Tradição moral, conservadorismo

FD = Manifestações populares (contexto sociopolítico argentino)

FD = Família tradicional burguesa (heteronormativa)

O cruzamento do intradiscursivo (nível da formulação) e do interdiscursivo (nível da constituição) conduz a um efeito de sentido de manifestações conservadoras, a favor da moral, que se inscrevem nas formações discursivas (FD) das manifestações populares do contexto sociopolítico argentino portenho e da família tradicional burguesa e (hetero)normativa. Sendo assim, é na confluência do intradiscurso, que leva em conta toda a estrutura composicional, temática e estilística da reportagem, em que se realizam seleções que centralizam a figura da família como instituição mais importante do *cacerolazo* (seleções que se efetuam tanto gráfica quanto visualmente), com o interdiscurso, que remete aos já-ditos, à memória discursiva, que os enunciados ganham seus sentidos, conduzindo, destarte, a evidências de

sentido que concebem as manifestações como “espontâneas”, “convocadas pelo povo”, pela “família”, que busca “a verdade”, zelando pela sua instituição e “pela moral”.

Prossigamos para a análise da reportagem brasileira. No que tange às condições de produção do Folha de São Paulo, o jornal brasileiro enfoca as manifestações públicas ocorridas nas ruas e em forma de peneirão, que aconteceram em 15 de março de 2015, nas quais a população protestou contra o governo da então presidente Dilma Rousseff. Dentre os principais motivos do protesto, destacam-se a inflação alta, a crise econômica e os escândalos de corrupção (Operação Lava-Jato). Observemos fragmentos da reportagem mostrados a seguir por meio da <figura 2>:



Figura 2 – Gênero reportagem Folha de São Paulo

A reportagem se inicia ofertando uma atitude responsiva de contrarresposta aos discursos que concebem as manifestações como promovidas tão-somente pela “elite branca”. Em vista disso, podemos perceber uma construção discursiva que focaliza a diversidade, elencando-se assim inúmeras posições ideológicas que configuraram tal evento. Começamos, então, pela análise da manchete escolhida. Para tanto, analisemos a formulação geral a seguir:

(1) Sou negro, pobre e (mas) estou pedindo a saída de Dilma.

Tal formulação (nível do intradiscurso) vincula-se às seguintes relações (nível do interdiscurso):

(2) Minorias apoiam governo de esquerdas. Minorias são contrários ao governo de esquerda.

FD = Manifestações populares (contexto sociopolítico brasileiro).

Pré-construído = relação entre governos de esquerda e minorias.

O cruzamento dos níveis intra e interdiscursivos aponta para um efeito de sentido que concebe as manifestações como plurais, não somente da elite branca, mas também das “minorias”, da diversidade. Entendemos “minorias” não em sentido quantitativo, mas como minorias de poder, aludindo, assim, aos grupos identitários sócio-historicamente discriminados. No exemplo em questão, o manifestante “negro e pobre” representa as minorias. Notamos, desta forma, uma relação de oposição

entre os dois níveis, na medida em que a memória discursiva permite evocarmos um pré-construído (já-dito, isto é, dizeres retomados, inscritos sócio-historicamente na memória) que vincula as minorias como as principais eleitoras de governos esquerdistas e que se inscreve nas formações discursivas (FD) das manifestações populares e do contexto sociopolítico brasileiro. No entanto, a fala do manifestante em questão, selecionada como manchete da reportagem, vai na contramão dessa memória, assumindo a conjunção *e* – comumente aditiva – um valor adversativo, o qual sinalizamos por meio da conjunção *mas* na formulação exibida acima. É no esteio dessa aparente contradição, ou quebra de expectativa, que todo o discurso jornalístico vai se construir, ao procurar representar manifestantes pré-construídos como eleitores de Dilma, por figurarem em posições sócio-históricas que na memória estabilizada do senso comum se filiam às ideologias políticas da presidenta, mas que, no entanto, mostram oposição ao referido governo. Observemos a sequência discursiva seguinte:

(SD1): “Os atos de protesto contra o governo Dilma [...] reuniram bem **mais que a ‘elite branca’** [...] **celebridades, artistas e socialites** caminharam como **migrantes, ex-petistas, vendedores ambulantes, militares** ou **agentes penitenciários**” (*grifos nossos*).

Conforme podemos notar, é por meio da arregimentação de múltiplas e contraditórias vozes – sinalizadas em negrito – que o sujeito enunciator

edifica seu discurso. Com isso, evoca-se uma evidência de pluralidade, que incide ao longo de todo o texto. Por meio da estratégia da citação direta, destaca-se a fala do manifestante que também foi selecionada como manchete:

(SD2): “Vamos parar com esse negócio de que só a elite está aqui. **Sou negro e pobre e estou pedindo a saída da Dilma**”, disse Fernando Silva, conhecido como Fernando Holiday, 18, que participou da manifestação na av. Paulista, em São Paulo”.

A partir disso, realiza-se uma breve narrativa acerca da vida de tal manifestante, frisando-se que ele é “filho de ex-funcionária pública aposentada”, de “pai ‘desaparecido’”, “morador de Carapicuíba” e que “estudou em escola pública toda a vida”, finalizando-se com uma fala do mesmo que ressalta que “existe um sentimento de que só os ricos querem ela [*Dilma*] fora. Mas muitos pobres querem. O povo quer”. Deste modo, o sujeito enunciador utiliza a trajetória de vida de Fernando Silva, (re)criada na narrativa jornalística como um representante das minorias, não só de maneira gráfica mas também visualmente, ao centralizá-lo ainda na foto que abre a reportagem, logo abaixo da manchete selecionada. Logo após Fernando, introduz-se outro manifestante, um pernambucano, salientando-se que este também se encontra insatisfeito com o governo vigente da presidenta, conforme podemos notar na sequência seguinte:

(SD3): “O **pernambucano** Antonio Pereira e Silva, 62, foi ao protesto na avenida Paulista de metrô após sair do bairro de **Artur Alvim**, onde mora na **Cohab 1**, na zona leste de São Paulo. Ele refuta a tese de que apenas **membros da classe média e da elite** estejam insatisfeitos com a presidente Dilma Rousseff (PT). ‘Eu não ganhei nada para vir aqui. **Eu e o país estamos a favor do impeachment**’, disse” (*grifos nossos*).

Por meio dos significantes destacados, podemos compreender que o nível da formulação enunciativa é atravessado por um interdiscurso que resgata uma memória acerca dos resultados das eleições presidenciais em 2014. Esta memória pode ser retomada via o seguinte pré-construído: “A maior parte do eleitorado do PT está no Nordeste (e não no Sudeste)”. Mediante isso, em tal ocasião, logo após o resultado sobre a vitória da presidenta Dilma, muitos eleitores – sobretudo de estados do sudeste, com afiliações partidárias neoliberais – acusaram os eleitores nordestinos de serem os responsáveis pelo triunfo da presidenta, defendendo-se assim que o PT possuía a maior parte de seu eleitorado na região nordeste. Desse modo, dialogando com este interdiscurso – este já-dito que atua por meio de um não dito – o sujeito enunciador apresenta na cadeia efetivamente formulada do dizível um eleitor nordestino (pernambucano) justamente para se contrapor a tal enunciado, situando-se ainda o bairro em que ele mora, que não constitui a área nobre e, portanto, engrossa o coro de que a manifestação não é apenas de uma elite branca e abastada, mas também das “minorias”, das classes populares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, podemos perceber duas estratégias de construção discursiva pelos jornais. Na reportagem do Clarín, a manifestação é vista como unidade, atuando assim uma estratégia de apagamento das diferenças para se atingir um efeito de homogeneidade. Neste sentido, a manifestação é criada como do “povo”, focalizado a partir da instituição “família”. De acordo com Negri & Hardt (2001), a categoria “povo da nação” denota algo uno, que possui uma vontade e uma ação. Deste modo, o povo se encaminha para a identidade e a homogeneidade e só pode admitir um interesse geral, ensejando uma unidade. Ao se produzir um efeito de sentido que focaliza o povo enquanto unidade, podemos analisar certos silenciamentos do texto argentino. Sendo assim, não se salientam diferenças sociais, regionais e/ou étnicas entre os manifestantes argentinos. Identificamos na narrativa apenas cidadãos portenhos citadinos, provenientes de Vicente López, San Andrés, San Martín, Tigre e Acassuso, de acordo com o reportado. Neste sentido, podemos perceber uma interdiscursividade que parece dialogar fortemente com enunciados no tocante ao predomínio de Buenos Aires frente às demais províncias do interior. Historicamente, o privilégio colonial que Buenos Aires gozava frente às demais províncias argentinas no que tange à coleta de taxas aduaneiras resgata uma memória que demarca uma divisão entre portenhos e demais provincianos, que se propaga no desenvolvimento da nação argentina, de maneira social, cultural, econômica e política.

Já na reportagem da Folha de São Paulo, a manifestação é construída como pluralidade, fazendo-se uso de uma estratégia de visibilização de

diferenças para se atingir um efeito de heterogeneidade. Podemos entender, assim, que a manifestação é construída como da “multidão”, de acordo com a categoria desenvolvida por Negri e Hardt (2001, 2005), uma vez que a multidão não possui unidade política. Constitui-se como uma relação inerentemente inconclusiva, formada em meio às diferenças. Configura-se como uma multiplicidade de diferenças singulares. Para atingir tal efeito, o discurso jornalístico constrói uma narrativa em que se visibilizam as diferenças – através de variadas posições ideológicas, sociais, étnicas e regionais. A dimensão intradiscursiva é composta por um mapa geográfico a fim de sinalizar as várias regiões do país em que ocorreram as manifestações, desfazendo, visualmente, um efeito de etnocentrismo do sudeste, ao demarcar também o nordeste, o sul e o norte, além de mencionar importantes cidades destas regiões ao longo do país (Recife, Goiânia, Salvador e Brasília) junto a bairros e cidades mais populares de São Paulo (Cohab 1, Artur Alvim, Carapicuíba). Podemos perceber na parte superior da reportagem uma escolha estratégica de Fernando Holiday – o representante do cidadão negro e pobre – como manchete e imagem que centraliza a reportagem. A manchete em negrito faz uso da citação direta ilustrando um recorte de sua fala, que se configura como uma atitude responsiva de contrarresposta ao discurso da “elite branca”. Fernando Holiday foi o manifestante eleito como centro da reportagem em meio a outros que também são representados na narrativa. Sendo assim, o texto está estruturado em várias falas de representantes de diferentes classes sociais, enfatizando-se, nesta narrativa, os representantes que se configuraram como “minorias de poder”, isto é, grupos étnicos

sócio-historicamente discriminados e que, portanto, não fazem parte da “elite branca” e que são reportados na matéria através de manifestantes que funcionam como representantes de negros, pobres, nordestinos, moradores de bairros populares, vendedores de camisetas, de cerveja e etc.

Apesar dessa aparente dicotomia nos efeitos de sentidos conduzidos por cada sujeito enunciador – unidade e pluralidade –, entendemos que ambas as reportagens são atravessadas por formações discursivas de *união/unificação*. Desse modo, como regularidade enunciativa geral que caracteriza as duas reportagens, temos: *Todos unidos contra X*, em que *X* pode se referir tanto ao governo argentino/Cristina quanto governo brasileiro/Dilma. “*Todos*” designa tanto “os homogêneos” quanto “os heterogêneos” que se unem, se unificam, com um objetivo em comum, que é o de se opor ao governo vigente. Entendemos, com relação aos discursos da “família” e da “elite branca”, que enquanto o jornal argentino produz um discurso de unidade, construindo uma narrativa linear, com apagamento de diferenças, o jornal brasileiro lança mão de um discurso de visibilização das diferenças, realçando as diversas e contraditórias posições ideológicas presentes, mas que, contudo, encontram-se *unificadas*, ao se selecionar pessoas que representam minorias por meio de um discurso dominante, criando uma evidência discursiva de “a unidade da pluralidade”.

Percebemos, assim, a produção de efeitos de sentidos que toma o *cacerolazo* (2013) e o *panelaço* (2015) como manifestações cooptadas pelas elites para a reafirmação de seus interesses. As classes dirigentes ao se apropriarem das práticas de bater panelas pública e coletivamente, já

encenadas historicamente por grupos de esquerda que lutaram contra a ditadura, a extrema direita e em favor de direitos e da resistência democrática, (re)encenam seus processos de dominação. Deste modo, um efeito revolucionário – como no contexto argentino em que o *cacerolazo* já simbolizou as panelas vazias das donas de casa que protestavam contra o alto custo de vida ou como símbolo da resistência democrática no contexto brasileiro das Diretas Já, por exemplo – que tais práticas discursivas já significaram em outros momentos históricos pode se tornar um efeito conservador, ao serem cooptadas pelas elites.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Castro, Edgardo. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- Colombo, Lucélia; Martelli, Carla. “O panelaço em perspectiva comparada: análise do fenômeno no Brasil e na Argentina”. In: *Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG, 2015.
- Dela Silva, Silmara. “Discurso, mídia e educação: da (não) obviedade de sentidos”. In: Mariani, Bethania; Medeiros, Vanise. (Orgs). *Discurso e...: ideologia, inconsciente, memória, desejo, movimentos sociais, cinismo, corpo, witz, rede eletrônica, língua materna, poesia, cultura, mídia, educação, tempo, (homo) sexualidade*. Rio de Janeiro: 7Letras/ Faperj, 2012, 179-198.
- Foucault, Michel. *A arqueologia do saber* [1969]. 8ª ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- Gohn, Maria da Glória. “Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”. In: *Diálogo Educacional*, PUCPR, Curitiba, v. 16, n.47, 2016, 125-146.

Gold, Tomás. Cacerolazos y legitimidad política en la Argentina reciente. Del ‘13-S’ al ‘8-A’”. In: Annunziata, Rocío. (org). *Pensar las elecciones: democracia, líderes y ciudadanos*, 1a ed, Buenos Aires: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 2015.

Hardt, Michael; Negri, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2ª ed., 2001.

Hardt, Michael. *Multidão – Guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

Lapolia Cantoni, Stefania. *Participação política não eleitoral na Argentina e no Brasil: (O que) mudou nas últimas décadas?* Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Mariani, Bethania. *O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)*. Tese de Doutorado. Pós-Graduação em Linguística. Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo, 1996.

Mariani, Bethania. “O político, o institucional e o pedagógico: quanto vale a língua que ensinamos?”. In: *Matraga*, n.38, v. 23, Rio de Janeiro: jan/jun. 2016, 43-63.

Orlandi, Eni. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. São Paulo: Ponte, 2000.

Serrani, Silvana. *Discurso e cultura na aula de língua. Exemplos em português, espanhol e inglês*. 2ª edição. São Paulo: Pontes, 2010.

SITES JORNALÍSTICOS CONSULTADOS:

Clarín. *Vicente López*. Disponível em: <https://www.clarin.com/tema/vicente-lopez.html>. Acesso 20 jan. 21.

Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso 20 jan. 21.

